



# Anais da Assembléia

N.º 81

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE AGOSTO DE 1985

ANO XI

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Basílio Zanusso.

Agora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acyr Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para os Projetos de Resolução n. 97/84 que denomina Jardim 25 de Abril, o jardim suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa, 181/84 que dispõe

sobre a obrigatoriedade em fazer constar o nome dos Senhores Deputados autores, nos autógrafos dos projetos de lei aprovados e encaminhados ao Poder Executivo e 60/85 que dispõe sobre a articulação da sociedade paranaense, para criação de proposta que dê conteúdo para um novo Pacto Federal Brasileiro.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para os projetos de Lei n. 146/84, que assegura às Prefeituras participação nos sorteios da loteria estadual, em 15% o volume dos limites de cada município, 236/84 que regula a Contratação de Operação de Arrendamento Mercantil "leasing" pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, 241/84 que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Epilépticos de Pato Branco" com sede e foro na cidade de Pato Branco, 365/84 que dispõe sobre os valores das taxas de serviço do DETRAN do Paraná, fixados pelo artigo 25 da Lei n. 7811, de 29/12/83, com as alterações levadas a efeito até 31/10/84, ficando majorados em 50% a partir de 01/01/85, não se aplicando qualquer reajuste automático, 15/85 que declara de Utilidade Pública a entidade "Lar dos Velhos Desamparados de Loanda", com sede e foro no Município de Loanda, 95/85 que declara de Utilidade Pública a "Associação Patobranquense do Meio Ambiente - APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco, 97/85 que cria o Município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mesmo nome e com divisas do atual Distrito Administrativo, 115/85 que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos de Santa Felicidade", com sede e foro nesta Capital, 136/85 que declara de Utilidade Pública a "Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas Pró-Renal", com sede nesta Capital e 137/85 que declara de Utilidade Pública o "Sindicato dos Trabalhadores da Construção e do Mobiliário de Paranavaí", com sede e foro no Município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa

REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, a Mesa determine que o Projeto de Lei n. 96/85, de sua autoria, e que dispõe sobre a entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Joffily, passe a tramitar em REGIME DE URGÊNCIA.  
Sala das Sessões em 26 de agosto de 1985.  
(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia, marcada para a sessão de hoje.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei 217/84.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do dia 18 de setembro próximo, data em que se dará o "Dia da Mobilização Nacional", voltado para a conscientização do Governo Federal, com respeito a problemas pertinentes à área da Educação.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido, objetiva possibilitar que os Senhores Parlamentares possam deslocar-se para suas bases eleitorais nesse importante dia da Mobilização Nacional, a fim de orientar e conscientizar as respectivas comunidades que representam.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja inserido na Ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do SR. GILDO GALINARI, ocorrido na cidade de Nova Esperança, dia 19 do mês fluente.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor FRANCISCO DOS SANTOS LEAL, ocorrido no corrente mês de agosto.

A pessoa extinta foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava e era largamente conhecida na região.

Uma vez aprovado o presente, solicito a gentileza de encaminhar correspondência aos familiares através do Senhor JOSÉ FABRÍCIO DOS SANTOS - Rua Rui Barbosa s/n CANTAGALO - Pr.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) LEÓNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignada na Ata da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor ALTAIR DOS SANTOS CAVALI, ocorrido hoje nesta Capital.

O acontecimento veio causar consternação na sociedade paranaense, notadamente, nos meios jurídicos e educacionais nos quais o Grande Mestre do Direito gozava de especial estima.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência à Faculdade de Direito de Curitiba, à Universidade Católica do Paraná e a família enlutada.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de voto de congratulações ao Tuiuti Esporte Clube pela passagem do seu 36.º aniversário.

REQUER ainda, o envio de cópia do presente expediente ao Senhor Jaime Martins de Andrade, presidente do Tuiuti Esporte Clube - Rua Paraná, 2539 - Cascavel.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O Tuiuti Esporte Clube representa um verdadeiro patrimônio cultural e recreativo para Cascavel e região, em virtude da sua imensa contribuição na interação social da próspera região Oeste paranaense.

O desenvolvimento regional em todos os setores encontrou nessa instituição de

lazer um pilar seguro ao longo de trinta e seis anos de memorável história.

A homenagem que propomos interpreta o pensamento de toda a sociedade de Cascavel, que se regozija pela celebração do 36.º aniversário do tradicional Tuiuti Esporte Clube que cresceu com a gente Oestina.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, seja consignado um voto de regozijo ao Padre Raimundo Stavitzki, Vigário da Paróquia, e ao senhor Nilo I. Biazetto, Presidente do Conselho Paroquial, pela inauguração em data de 26 do corrente, da Igreja de Santo Agostinho. A celebração da missa inaugural do belo templo foi conduzida pelo Arcebispo de Curitiba, D. Pedro Fedalto, auxiliado por tradicionais religiosos, com a expressiva participação da comunidade do bairro do Ahú de Baixo. A nova Igreja de Santo Agostinho é o símbolo vivo do trabalho e da fé cristã de todos os que se envolveram na monumental obra.

Do presente, requeiro sejam oficiadas as pessoas nominadas.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor presidente da RADIPAR - Rádiodifusão do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a averiguação dos motivos que tem ocasionado interferência da imagem transmitida pela Televisão Cultural Canal 8, na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O sinal do Canal 8 está sofrendo seguidamente interferências, o que tem comprometido a imagem daquela emissora no Município de Barbosa Ferraz. A reclamação é formulada pelo Ilustríssimo Senhor Mozart Silva. Este afirma ainda que tal problema está motivando muitas queixas por parte dos moradores daquela cidade.

Neste sentido, faz-se necessário o encaminhamento de medidas que possibilitem por fim ao problema, a começar pelo envio de técnicos da RADIPAR para detectar as possíveis causas.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da EMOPAR - Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido da realização de reformas gerais na Escola Estadual Olavo Bilac - Ensino de 1.º e 2.º Graus, localizada na Municipalidade de Peabiru.

A revitalização de praticamente todas as instalações que fazem parte do prédio onde está abrigada a Escola Olavo Bilac é uma necessidade que vem sendo constatada há muito tempo. Os problemas são muitos. As reclamações também.

O assunto já foi motivo de debates na Câmara Municipal daquela cidade. Quem levantou o problema foi a Excelentíssima Senhora Odete Mafra. Na mesma oportunidade, a vereadora relatou a real situação da referida escola lembrando, inclusive, que o estado do seu prédio, precário, tem trazido muitas intranquilidades.

Deste modo, a realização de reformas gerais, que devem acontecer num menor espaço de tempo possível, é o que motivo a apresentação deste requerimento, conforme iniciativa manifestada pela Vereadora Odete Mafra.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual João XXIII, localizado na Municipalidade de Mamborê.

A presente solicitação baseia-se em ofício oriundo da Administração Municipal de Mamborê. Assinada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Ivo Brunetta, o mesmo manifesta sua preocupação quanto à necessidade em criar mecanismos pelos quais sejam permitidos garantir maior agilização dos trabalhos pertinentes ao Colégio Estadual João XXIII.

Face a exposição de motivos ora apresentados, espera-se o pronto atendimento do que ora é solicitado: ou seja, a instalação de um aparelho telefônico naquele tradicional estabelecimento de ensino de Mamborê.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando a liberação de materiais esportivos para a Escola Estadual 14 de Dezembro - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Peabiru.

Tem-se constatado algumas deficiências na parte que diz respeito à Educação Física naquele estabelecimento de ensino de Peabiru. Devido a falta de vários materiais para a prática esportiva, as reclamações também são muitas, tanto por parte de professores como por estudantes.

Diante de tal realidade e solidário àquelas preocupações, o Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através de correspondência devidamente assinada pelo seu Presidente, o Ilustríssimo Senhor José Lúcio Pedrezini, em nome da Executiva Peabiruense, está a reivindicar dessa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, o envio de materiais esportivos; a fim suprir todas as deficiências existentes, permitindo, deste modo, o bom desenvolvimento da Educação Física por parte dos estudantes.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no intuito da liberação de recursos orçamentários para a construção de uma ponte na Municipalidade de Moreira Sales.

A referida ponte que está sendo pretendida deverá ser construída na Vila Gianelo, devendo ter uma extensão de 6,5 metros, uma vez que a existente não oferece há muito tempo condições seguras de tráfego.

Neste sentido, a fim de permitir a sua construção, faz-se necessário que a Secretaria de Estado dos Transportes estude mecanismos pelos quais possibilitem a liberação de recursos orçamentários que concretizem a presente solicitação, que aliás é de iniciativa do Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal de Moreira Sales, Doutor Aldenício dos Santos Maia.

Curitiba, segunda, em 26.08.85

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Superintendente da SUREHMA, Senhor Cícero Jaime Bley Júnior, Rua Engenheiro Rebouças n. 1206, nesta Capital, solicitando perfuração de poço semi artesiano, no Ginásio Estadual Rio da Várzea, fazenda Boa Esperança no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação foi feita por alunos, professores do citado Ginásio Estadual e moradores da região, tendo em vista a necessidade de todos em utilizar água potável, saudável, isenta de contaminações agrotóxicas existentes nos rios da região.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social solicitando a instalação de um "mini posto" de saúde na região do Rio da Várzea, fazenda Boa Esperança, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Durante a realização da reunião com os moradores daquela região, constatamos que a grande distância que os separa da cidade mais próxima tem dificultado o acesso a medicamentos e atendimento médico, trazendo graves problemas de doenças e enfermidades que poderiam ser evitadas através da instalação de um "mini posto" de saúde naquela localidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, solicitando agilizar a construção do Ginásio Estadual Rio da Várzea, com 6 (seis) salas de aulas, na fazenda Boa Esperança, Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A demora verificada na construção do referido Ginásio tem causado problemas

para os moradores da região, tendo em vista que centenas de crianças encontram-se sem estudar, à espera da construção e funcionamento do futuro Ginásio Estadual Rio da Várzea.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a implantação de 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> séries de 1.<sup>o</sup> Grau, na Escola Rural de Vista Alegre, Município de Ortigueira. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Ortigueira tem na comunidade de Vista Alegre, uma das localidades mais prósperas da região.

Aquela localidade, densamente povoada, possui apenas um estabelecimento de ensino, o qual ainda não tem instaladas, em seus cursos, salas de aula para 5.<sup>a</sup> e 8.<sup>a</sup> séries.

Assim sendo, após cursarem a 4.<sup>a</sup> série, seus alunos sentem sérias dificuldades para continuar seus estudos, pois, necessitam deslocar-se para outro estabelecimento de ensino, distante de Vista Alegre.

Este fato, não raro, impossibilita a melhor formação dos estudantes e até mesmo importam no encerramento de suas atividades escolares.

Tratando-se de região em franco desenvolvimento agrícola, a qual contribui para a arrecadação do Estado, é justo que possa ter essa reivindicação atendida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da SANEPAR - Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do interior, encarecendo a implantação da rede de água na localidade de Vista Alegre, Município de Ortigueira. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Vista Alegre, inegavelmente representa a conjugação de inúmeros fatores pelo processo desenvolvimentista do Município de ortigueira, cuja maior sustentação

sócio-econômica daquela localidade, a exemplo do município, se dá através das atividades agrícolas.

Tal realidade conjuntural é o resultado dos esforços de cada morador de Vista Alegre, que, com o seu trabalho e a passos largos, só tem engrandecido ainda mais aquela região.

Mas, no entanto, devido ao progresso vivenciado, urge também analisar as reais estruturas de Vista Alegre, notadamente no tocante ao bem-estar de sua gente. Neste sentido, no que diz respeito à água distribuída à população, não existe uma rede capaz de atender a todos. A maioria, seguramente, não dispõe de tal serviço, o que só acarreta prejuízos.

O presente requerimento tem por finalidade básica que a SANEPAR e a Secretaria de Estado do Interior, mediante estudos, avaliem as possibilidades de se implantar, num menor espaço de tempo possível, uma rede de água à toda a população.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Federação Paranaense de futebol, solicitando o retorno da instituição do meio-ingresso para os estudantes secundaristas, mediante a apresentação da identidade estudantil, nos estádios onde o ingresso seja pago. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do Governo e do PMDB

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, solicitando o empenho daquela autoridade, no sentido de que determine, a nível estadual, a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, a incidir sobre a aquisição de veículos a álcool, de transporte público de passageiros, na categoria de automóvel de aluguel (taxi), a exemplo do que estabelece a Instrução Normativa n. 60, de 31 de julho de 1985, da Receita Federal, que reduz a zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, de que trata o Decreto Federal n. 91.367/85.

A referida isenção será aplicada quando da aquisição de veículos por: motoristas profissionais que, na data da vigência do Decreto n. 91.367, de

24/06/85, exerciam, comprovadamente, em veículos de sua propriedade, a atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular da autorização do poder concedente, e sob a condição de se destinar o veículo a utilização naquela atividade, na categoria de automóvel de aluguel (táxi).

Abrangerá, também, pessoas jurídicas ou equiparadas, e as cooperativas de trabalho que na data da lei se revestiam da condição de permissionárias ou concessionárias de serviço de transporte público de passageiros por meio de automóveis de aluguel (táxis), desde que destinem os veículos a utilização em idêntica atividade, bem como, as pessoas físicas permissionárias do serviço de transporte público na categoria de automóvel de aluguel (táxi) com autorização para operar com mais de um veículo, equiparadas as pessoas jurídicas, nos termos da lei.

considerando o alto alcance social de que se reveste a presente proposição conta o Parlamentar com o efetivo apoio de seus Pares com assento nesta Casa. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Grupo Folclórico Ucraniano de Curitiba, pela belíssima apresentação no 24.º Festival Folclórico internacional do Paraná, no dia 20 do corrente. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo Folclórico Ucraniano de Curitiba foi fundado em 1930, embora fizesse em datas anteriores reuniões esporádicas e voltadas ao entretenimento da Colônia Ucraniana por ocasião de suas festas populares ainda no estilo, e lembrando a Terra Natal recém deixada para trás. Foi oficializado em 1959, com o advento do 1.º festival Folclórico e de Etnias do Estado do Paraná.

Desde suas origens até hoje funciona junto à sede e com Departamento da União Agrícola Instrutiva e Clube Ucraniano-Brasileiro, entidade de caráter Cultural, Social e Beneficente que congrega membros da Colônia Ucraniana de Curitiba, seguramente o maior reduto de emigrantes e seus descendentes no Brasil.

Hoje, o grupo é mantido em completo e total amadorismo, é composto por filhos e netos de ucranianos e de brasileiros e estes ligados por laços e parentescos ou

amor à Arte, Cultura e Folclore.

Embora com o correr dos anos venha sofrendo mudanças em sua estrutura e organização, este amadorismo nunca dele separou os seus componentes. Hoje são membros ativos da Comunidade Paranaense em todas as áreas desta sociedade, com destaque para a área estudantil uma vez que a juventude é dele parte preponderante.

São portanto cinquenta e cinco (55) anos de folclore e Cultura Ucranianos trazidos pelos pais e avós, e ainda hoje cultivados com carinho e dedicação, no intuito não somente de mostrar este bagagem ao povo do País que soube tão acolher aqueles que vieram de tão distante, em busca da Paz e de uma nova Pátria para criarem seus filhos, bem como preservar usos e costumes da Ucrânia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao grupo Folclórico Polonês, pela brilhante apresentação no 24.º Festival Folclórico Internacional do Paraná no dia 19 do corrente. Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

O Grupo Folclórico Polonês do Paraná, cujo Jubileu de Prata transcorreu no dia 03 de janeiro do corrente ano, está sediado junto à Sociedade Polono-Brasileira "TADEUSZ KÓSCIUSZKO" o qual foi fundado em 15 de junho de 1980 e que, dentre as organizações da etnia polonesa, é a mais antiga da América do Sul. É a sociedade que, na hora mais tormentosa da existência do Grupo, numa soberba demonstração de idealismo e solidariedade, veio em seu auxílio, espontaneamente e sem nada exigir, ofertando-lhe à disposição as suas dependências e toda colaboração possível. Desde a sua fundação, confiado à incomparável competência e coordenação artística do Prof. THADEU MOROZOWICZ, da saudosa memória da coreografia do Prof. Halina Marcinowska, dos arranjos musicais e regência do Padre José Zarac, recém-falecido o GRUPO conquistou o reconhecimento e admiração do público, e o conceito que situa entre os melhores conjuntos do Paraná.

A sua principal característica, sem similar além das fronteiras da Polônia, segundo ilustres visitantes do exterior, é o admirável grau de coordenação existente na atuação conjunta dos seus conjuntos de coral, danças e orquestra típica.

O Grupo participou de todos os Festivais Folclóricos promovidos pelo Governo do Estado do Paraná. Apresentou-se nos palcos do Teatro Nacional de Brasília, dos Teatros Municipais da Guanabara e de São Paulo, do teatro Leopoldina em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Maracanãzinho e no Pacaembú. Atuou em várias cidades do Estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo.

Em 1980, com seus conjuntos de coral, danças e orquestra, unidos com o coral Santa Cecília, da Igreja de Santo Estanislau, e colaboração ocasional de devotos elementos da etnia polonesa, formou o grande coral João Paulo II, que o Brasil inteiro conheceu através da televisão pela apresentação artística carinhosamente preparada para a recepção de S. Santidade o Papa João Paulo II, no Estádio Couto Pereira, no mês de julho. Na ocasião, todos os componentes do conjunto artístico foram abençoados, um por um, por S. Santidade, recebendo também das mãos do próprio Papa João Paulo II, o presente de um Rosário.

Após declinar do convite para participar do Festival Folclórico em São Francisco, Califórnia - USA, o Grupo vive agora, momentos de enorme expectativa diante da total possibilidade de participação, em julho do próximo ano de 1986, do festival Folclórico Mundial em RZESZOW, na Polônia, para a qual foi oficialmente convidado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de expediente ao Grupo Folclórico União Juventus de Tradições Polonesas, pela belíssima apresentação por ocasião do 24.º Festival Folclórico Internacional do Paraná, onde comemorou o seu Jubileu de Prata, no dia 18 do corrente.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

É um Grupo Folclórico cheio de sonhos, sentimentos e criatividade. Identifica-se com a alma milenar que sedimentou esses costumes, melodias e manifestações coreográficas. Essa herança cultural e de valor inestimável. O Paraná, é a síntese e o resultado de todas essas correntes imigratórias, porque soube escolher, miscigenar e aculturar, num mesmo caminho de progresso e lídima solidariedade. Em 1985 o Grupo Folclórico União Juventus com muito júbilo e alegria comemora o Jubileu de Prata de sua existência, fecunda em

realizações soberba nas promoções inéditas na história. Tendo percorrido oito Estados brasileiros e tendo se apresentado em 496 espetáculos, desde as mais humildes comunidades rurais até as platéias eruditas de teatros das grandes Capitais, prepara-se agora, para comemorar com mais expressividade os seus 25 anos levando a sua arte além das fronteiras. O Grupo Folclórico União Juventus comemora o seu Jubileu de Prata. É uma data inesquecível, marcada pela luta e tenacidade, por tristezas e alegrias, por aplausos e sucessos alcançados. Um quarto de século, 25 anos!

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretária da Educação, professora Gilda Poli, solicitando que o Departamento de Assuntos Universitários realize estudos cabíveis e busque agilizar a criação da Faculdade de Ensino Superior de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Assis Chateaubriand, município de grande expressão econômica no Sudoeste do Estado e berço de excepcional produção agropecuária há muito tempo vem reclamando às autoridades do Setor de Ensino Superior e ao Governo do Estado a criação de uma Escola de Ensino Superior objetivando, com tal benefício, fixar a juventude que busca sua qualificação profissional no 3.º Grau da própria cidade.

Hoje os jovens universitários de Assis Chateaubriand são obrigados a percorrer distâncias superiores a 60 km a fim de frequentar sua Faculdade, o que representa desgaste físico, elevados custos, além da constante preocupação dos familiares que vêem seus filhos expostos a viagens diárias.

Somos defensores da ação governamental, de uma política de Ensino Superior voltada para o interior do Estado com escolas devidamente aparelhadas, capazes de tornar o jovem de hoje no adulto de amanhã, devidamente preparado na sua própria comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Basílio Zanusso, infra-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública do Estado, encarecendo a destinação de uma viatura policial à Delegacia de Polí-



cia do município de São Jorge do Ivaí.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.  
(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O município de São Jorge do Ivaí, por inspiração da administração municipal local, objetivando dar combate efetivo e permanente à criminalidade, já há alguns anos, foi pioneiro na liberação de recursos afim de proporcionar que a ação policial se estendesse durante 24 horas por dia, isto é, se instalasse serviço de ronda noturna em toda a área urbana da cidade, reduzindo, assim, significativamente o número de crimes, particularmente roubos e assaltos.

Não bastassem os motivos acima para justificar o atendimento à reivindicação, cabe acrescentar que o município de São Jorge do Ivaí é um dos maiores produtores de grãos do Estado, graças às suas terras férteis e ao trabalho de sua gente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder dos oportunos textos publicados pelo jornal "Indústria e Comércio do Paraná", edições de 23 e 24 a 26 do corrente, sobre o tema Paranaização/Grandes Debates. Referidas matérias jornalísticas revelam a sensibilidade editorial esse conceituado órgão de comunicação social, vigoroso defensor da livre iniciativa e estimulador da liberdade de imprensa. É certo que os empresários do Paraná precisam ser protegidos pelo Governo do Estado, em todos os níveis, com a oferta de facilidades que, sem criar privilégios descabidos, representem estímulo à iniciativa privada paranaense. A abertura desse espaço para debater tema que toca tão de perto o interesse do Paraná, deve ser festejado como mais um avanço em direção à proteção dos mecanismos de produção do Paraná.

Do presente, REQUEIRO se dê ciência ao Diretor Presidente do jornal "Indústria & Comércio do Paraná", Odone Fortes Martins.  
Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei n. 169/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Casa do Estudante da Universidade Estadual de Londrina".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A Casa do Estudante da Universidade Estadual de Londrina, é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto aos estudantes, nos termos das disposições estatutárias junto a cidade de Londrina-Pr.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 171/85

A Assembléia Legislativa  
do estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública estadual a Associação das Senhoras de Rotarianos de Goioerê, com sede e foro naquela municipalidade.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) RUBENS BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

Por intermédio do presente esboço de lei, devido a iniciativa da Sra. Célia Motta Maciel, presidente da ASR de Goioerê, estaremos fornecendo àquela entidade, com fins reconhecidamente sociais, os necessários meios destinados a prosseguir com suas atividades.

Perfeitamente integrada no seio da comunidade do Município de Goioerê, a presente Associação é mantenedora da Creche Lar Rotary Vila Guaíra, estabelecimento destinado a prestar assistência social a crianças de 0 a 5 anos de idade residentes na Vila Guaíra, naquele município. Nota-se aqui, um extenso trabalho voltado principalmente para a população carente, velando especificamente pela saúde e bem-estar da criança menos favorecida.

Estando presentes, em anexo, todos os documentos previstos na Lei n. 6.994, e comprovada atividade de cunho social, que a Associação das Senhoras de Rotarianos vem desenvolvendo em Goioerê, venho solicitar aos nobres Pares o indispensável apoio para que sejam atingidos os altos desígnios a que este se propõe.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 95/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º - Fica criada na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado uma creche, destinada a abrigar os filhos de servidores do Poder, que estejam compreendidos na faixa de 0 (zero) a 6 (seis) anos



de idade.

Art. 2.º - A Comissão Executiva regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias a aplicação do disposto no artigo anterior.

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos, com a medida proposta, tentando dar aos servidores deste Poder uma comunidade que se constitui em medida justa e racional, já adotada por todos órgãos governamentais do Centro Cívico, e que beneficia grandemente aos servidores que tem filhos na faixa etária compreendida entre zero e seis anos, principalmente no tocante às mães com filhos em época de amamentação. Em recente levantamento feito junto ao Departamento Pessoal, foi levantado o expressivo número de 210 (duzentos e dez) servidores que tem dependentes na faixa referida, o que por si só já justificaria a existência de uma creche.

#### Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR n. 170/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica extinta a carreira de Agente de Segurança, passando seus ocupantes a integrar a classe inicial da carreira de Detetive.

§ 1.º - O mesmo direito fica assegurado aos agentes que se encontrem em estágio probatório, tanto que o concluem.

§ 2.º - Os Agentes de Segurança em estágio probatório ficam transferidos para o Quadro de Pessoal da polícia Civil, com vencimento correspondente a 38% do vencimento do Delegado de Polícia de 1.ª Classe.

§ 3.º - As vagas da carreira extinta ficam acrescidas ao quadro de carreira de Detetive.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Como corolário do princípio constitucional da isonomia, sempre se entendeu que há funções iguais, deve corresponder remuneração igual. De outra parte, na preservação de uma hierarquia funcional, que é elemento indispensável à boa execução dos serviços públicos, sempre se reconheceu que a hierarquia funcional só existirá, na medida em que paralelamente, existir hierarquia salarial.

A distinção ou discriminação de vencimentos entre grupos de pessoas que desempenham atividades idênticas, sempre constituiu fator de descontentamento e até mesmo desagregação, com uma só consequência: o prejuízo para os serviços, em detrimento daqueles que são os seus destinatários.

A experiência e prática evidenciam, sem margem para dúvidas maiores que, na execução dos serviços de natureza policial, as atividades de Detetive e a de Agente de Segurança se confundem, se nivelam, em tudo se assemelham. Não há, pois, razão aceitável para que estas categorias de servidores sejam objeto de tratamento remuneratório diferenciado.

No que respeita às atividades específicas dessas carreiras - segundo o perfil que lhes traça o Decreto 4.884, de 20 de abril de 1970 a similitude de funções aflora com inequívoca nitidez, conforme evidencia o confronto de atribuições descritos no demonstrativo anexo.

Daí a razão para que se unifiquem e sejam tratadas de forma igual as figuras do Detetive e do Agente de Segurança, através da pura e simples extinção desta última carreira. Cumpre salientar, que a medida não inibe a administração de criar uma nova figura policial, "verbi gratia", a do Investigador, de quem se exigirá escolaridade e formação técnica mais avançadas, o que pode ser objeto de outra lei.

A situação atual é que se afigura indesejável, de vez que o Agente de Segurança está cometida a parte mais significativa e, principalmente mais arriscada da atividade policial. Na verdade, os Agentes de Segurança são o principal instrumento e a ação policial, mercê das características predominantemente executivas de suas funções. Por isso, dispensar-lhes igualmente de tratamento, tanto no campo funcional, como no campo remuneratório será medida salutar de justiça e que concorrerá para estimular e prestigiar um expressivo contingente de funcionários, dos quais muito se exige e muito se espera.

#### ANTECEDENTES QUE JUSTIFICAM A INTENÇÃO

- 01 - INVESTIGADOR CRIMINAL PARA DETETIVE  
Lei Complementar n. 14 - artigo 294 -  
Observações
  - a) sem exigência de escolaridade.
  - b) vantagem salarial de 13% (32 para 45).
- 02 - MOTORISTA PARA AGENTE DE SEGURANÇA  
Lei Complementar n. 19 - artigo 5.º  
Observações
  - a) sem exigência de escolaridade.
  - b) classificados nas classes correspondentes.
  - c) levaram as vagas para a nova car-

reira.

- d) vantagem salarial obtida em decorrência do índice percentual.

03 - SERVENTE DE NECRÓPSIA  
PARA AUXILIAR NECRÓPSIA

Observações

As mesmas vantagens dos Motoristas.

04 - PERITO POLICIAL PARA PERITO CRIMINAL  
Lei Complementar n.19 - Artigo 6.º.

Observações

- a) sem exigência de escolaridade específica. Bastava ter curso superior.  
b) vantagem salarial de 18% ou seja de índice 54 para 72.  
c) classificação de alguns no Quadro Suplementar com índice de 60%, o que corresponde a vantagem salarial, já que este índice é o de 1.ª Classe.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passo a palavra, no Grande Expediente, ao Senhor Deputado Márcio Almeida. (Ausente). Estando ausente, passo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Nos dias atuais, onde os sistemas de comunicação cobrem o território nacional, as atitudes que tangenciam a verdade, correm o risco de serem desmascaradas em menos de vinte e quatro horas.

Por vezes essas inverdades são tão insignificantes que o próprio tempo promove o restabelecimento da verdade. Mas, em outras ocasiões, percebemos uma constância em se deturpar a verdade não de forma direta, mas de maneira a se tentar criar na opinião pública uma imagem que possa dar substância a uma posição que se encontra longe do real.

Vamos - com a permissão dos nobres Deputados - nos situar em um deles. Um caso que vem sendo divulgado em todos os órgãos da imprensa nacional, especialmente em veículos de distribuição até internacional e, **FRISE-SE COMO MATÉRIA PAGA**. É a divulgação do Governo de Leonel Brizola, no amigo Estado do Rio de Janeiro!

Nessas caras propagandas, o Governador do Rio afirma que o seu governo implantou de forma pioneira o 13.º salário para o funcionalismo público.

Eis uma grande mentira!

Em primeiro lugar, ainda não implantou e só o fará, juntamente com o Governo Federal, em novembro. Em segundo lugar, não foi o iniciador da matéria, pois no Paraná, esse benefício já vem sendo pago desde dezembro de 1983, ou seja, no primeiro ano do Governo Richa.

O que mais me surpreende é a forma como Brizola divulga tal medida. Uma

verdadeira fanfarra nacional, sem se aperceber que nos dias de hoje a verdade, ou a suposta verdade, não mais pertence aos grandes ou aos que tentam como Brizola - se credenciar como líderes nacionais.

Não percebeu o ex-pretendente ao posto de " Ditador dos Pampas " que com o advento dos novos tempos de liberdade de imprensa, é a opinião pública, é a sociedade organizada, que praticamente força as atitudes e medidas a serem tomadas pelo Poder Público. Não se apercebeu que o povo não mais aceita mentiras nem muito menos ser conduzido por um líder de aparentes belas palavras e de muito pouco trabalho.

Brizola - antes um político mais nacionalista e agora um porta-voz de filosofias importadas - não fica apenas nessa divulgação enganosa. No último programa de seu partido pela televisão, disse que tudo de seu governo era secundário ante o plano de educação que montou para atendimento das crianças em regime de semi-internato. Quem ouviu a forma como o líder do socialismo moreno e seu vice falavam, parecia que realmente o Rio de Janeiro havia alcançado o ápice no atendimento do 1.º.

Bela mentira, Senhor Presidente e nobres Pares!

O que Brizola em verdade fez foi o remanejamento de verbas, reduzindo as cotas de mais de 70% das demais escolas para poder implantar, em um reduzido número de colégios, o atendimento do regime integral. Mal comparando, fez o mesmo que Jaime Lerner em Curitiba, quando, desprezando os demais bairros, dirigiu sua atenção à somente oito deles, beneficiando hoje oitenta e cinco mil habitantes, em detrimento de mais de um milhão de curitibanos.

Brizola apresenta-se - ou tenta se apresentar como inovador no sistema administrativo. Os gaúchos conhecem bem os resultados de sua administração frente ao governo do Rio Grande do Sul. E os cariocas hoje amargam os desmandos do aprendiz de ditador que nem mesmo ao Palácio comparece para governar, preferindo as delícias de um luxuoso apartamento de frente para o mar!

Não percebemos pioneirismo em suas atitudes administrativas, principalmente quando fala em benefícios em favor do funcionalismo. O Paraná sim, tem sido pioneiro nesse campo e talvez seja a unidade da Federação que mais atenção dirigiu aos seus quadros funcionais. Faltou, quem sabe, o mesmo afã em divulgar com tanta volúpia os seus programas. Mas, aqui no Paraná primeiro se pensa no Estado e não na figura do principal administrador, o Governador José Richa. Aqui o Governador trabalha. No Rio, o Governador vive as delícias de férias permanentes nas luxuosas praias de Ipanema

e Leblon.

Até certo ponto podemos entender esta atitude do líder do socialismo moreno. Ele precisa demonstrar um alto grau de realizações para poder viabilizar o seu partido em âmbito nacional pois todos sabem que o seu maior desejo é chegar à Presidência da República e implantar no Brasil a ditadura do socialismo moreno, cheirando água do mar e areia bronzeadora. Mas precisamos estar atentos, pois quem se utiliza de um antigo seguidor dos ditames coercitivos, como Jaime Lerner, para tentar galgar uma posição privilegiada, pode perfeitamente no futuro, colocar o Deputado Juruna como interventor no Pará, ou no Amazonas. Assim, como desejávamos a volta dos militares às suas funções constitucionais, a sociedade brasileira também deseja o aquietamento do sectarismo pragmático e individual.

Assim como criticamos as ações direitistas do antigo falante e hoje palrador Euclides Figueiredo, também criticamos as desacerbações do individualista Brizola, pois denominá-lo de socialista é promover o desmerecimento dos verdadeiros socialistas. Assim como criticamos o hoje pseudo contestador Armando Falcão que foi um dos mais ferrenhos algozes da liberdade de imprensa, também criticamos aqueles que, como Brizola, veiculam informações enganosas à população brasileira.

E o pior, Senhor Presidente, é que lançou Brizola, um desafio aos demais Estados para que seguissem o sem exemplo.

Ou está louco ou, mais uma vez, tenta trilhar caminhos de convencimento de trinta anos atrás.

Mas mesmo assim, topamos o seu desafio e para rebater este repto bastaria ao Paraná ressaltar trinta e duas medidas tomadas a partir de 1983 em favor do funcionalismo. Injustiças foram corrigidas. A dignidade do funcionário foi restabelecida e a folha de pagamento saltou a um patamar quase 50% acima do que seria natural se seguidas as regras de reajuste salarial ainda em vigor no Brasil.

Bastaria assinalar que se garantiu no Paraná revisão dos proventos dos inativos: o Paraná é o único Estado com legislação específica a garantir idênticas vantagens para quem está na ativa ou já aposentado. Bastaria dizer que numa posição de vanguarda, assegurou os benefícios da gratificação natalina e semestralidade a todos os servidores, celetistas ou estatutários. Bastaria mostrar, através de provas inconteste, que se conseguiu a inversão salarial, com o aumento da faixa de trabalhadores acima de cinco salários mínimos. Ao Paraná bastaria enumerar, por exemplo, o calendário antecipado de pagamento, que propicia segurança e

tranquilidade ao servidor. E mais: a unificação da data-base de reajustamento dos salários do pessoal estatutário e celetistas da administração direta e autárquica.

Não param aí as medidas adotadas por Richa. Diversas tabelas que estavam comprimidas há mais de dez anos foram desachatadas. A correção dos salários foram feitas com a aplicação do INPC, pleno. Aqui é preciso destacar que no último reajuste salarial o Paraná foi mais além, garantindo um aumento de mais de 119% do INPC, sendo que em alguns casos esse aumento chegou a até 140% do INPC.

É compreensível que o líder do "socialismo moreno" desconheça esses fatos, pois não está preocupado em administrar ou saber o que de bom acontece nos demais Estados da Federação, pois o que mais deseja é viver as delícias da luxuosa Ipanema.

O Paraná poderia relatar outras medidas adotadas, todas fruto de uma nova perspectiva de trabalho e ação implantada pelo atual Governo do Paraná, com base na agilização e otimização do instrumental de atuação, no consenso resultante do diálogo com todas as partes envolvidas, com a adoção do processamento de dados na busca de soluções confiáveis, com o uso de austeridade e simplicidade nos projetos.

Brizola que continue com os seus desafios, pois será desmentido, não apenas pelo Paraná, mas, pelos demais Estados da Federação, pois enquanto em quase todo o Brasil se trabalha, no Rio de Janeiro o Governo continua em férias permanentes, em suas praias! "

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) No horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se deseja utilizar-se do seu horário.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Falará o Deputado Rubens Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Uma das propostas do Governo da Nova República, e talvez a que mais polêmica suscitou até ao presente momento, foi o Plano Nacional de Reforma Agrária. Se a criação de um estado democrático neste País depende de transformações de base, deve necessariamente ser incluído, como está, o setor agrário, estabelecendo-se novas regras sobre o assunto ou, no mínimo, respeitando-se a legislação já existente.

Ao contrário do que se possa pensar

diante da repentina e aberta discussão do tema, o problema agrário brasileiro é tão antigo como o País, tendo seu início com as capitanias hereditárias, modelo português de distribuição de terras. Ali nasceram os latifúndios e as disparidades regionais e sociais que permanecem até aos nossos dias.

A injustiça do sistema agrário sempre foi motivo de insônia por parte daqueles que propugnaram por mudar a face social do Brasil; porém, nunca estes esforços foram coroados de êxito prático, devido às pressões exercidas pelos interesses dos grandes proprietários.

O censo de 1940 informava que a área brasileira efetivamente ocupada com fins agricultáveis, correspondia a apenas 1/4 do seu território total. Em 1946, a Constituição passava a ser incorporado o dispositivo da justa distribuição de propriedade, com igual oportunidade para todos. Somente em 30 de novembro de 1964 foi dado o passo efetivo na organização jurídico-institucional, necessário para a transformação da estrutura agrária.

A proposta do Estatuto da Terra continha no seu bojo o cadastramento geral das propriedades agrícolas, e a identificação das áreas de maior tensão social. Após isto, seriam desapropriadas as áreas que não estivessem sendo efetivamente usadas com fins sociais. Em outras palavras, seriam desapropriadas as propriedades rurais inexploradas ou mantidas apenas com fins especulativos, ou que por qualquer motivo, estivessem alheias aos interesses econômicos e sociais do seu uso.

Mas, mais uma vez os interesses antipatrióticos e egoístas de pouquíssimos prevaleceram. Vinte e um anos após o início da promulgação do Estatuto da Terra, e não obstante a organização e crescimento do movimento sindical dos trabalhadores rurais a injustiça social no que respeitava à posse e uso da terra agravou-se em índices assustadores.

A situação atual vem-nos demonstrar que o Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, inspirado na quase totalidade nos objetivos de justiça social propugnados pelo Estatuto, constituiu-se em prioridade absoluta para o nosso desenvolvimento. E os números falam por si: em 1984, constatava-se a existência de dez milhões e seiscentos mil trabalhadores rurais sem terra, beneficiários potenciais da Reforma.

E por falar em trabalhadores rurais sem terra, aproveito esta oportunidade para alertar o Doutor José Richa, Governador do Estado, para um grave problema que está para eclodir no Município de Campo Mourão.

Recentemente vendida a Fazenda Amália, o novo proprietário decidiu erradicar de

suas terras a cultura cafeeira, obrigando, deste modo, cinquenta famílias, num total de trezentos e cinco pessoas, a abandonarem as mesmas, por falta de serviço, já que irá plantar soja no mesmo local. A insatisfação e o temor num futuro incerto estamparam-se desde já no rosto de cada um daqueles trabalhadores rurais, haja vista que o prazo para deixarem o local vence no próximo dia 30 de setembro, e até o momento não têm outro local para onde transferir suas moradias.

Evidentemente preocupada com este fato, exemplo próximo das origens do êxodo rural para os grandes centros urbanos, e antevendo o negativo saldo social, a comunidade mourãoense, representada pela Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, ITCE, pelo chefe do Núcleo da SEAG, vêm desenvolvendo esforços para achar uma solução satisfatória para o impasse.

De ressaltar aqui também, o trabalho desenvolvido pelo Bispo de Campo Mourão, D. Virgílio de Pauli e da Comissão Pastoral da Terra que se vêm empenhando igualmente na solução deste problema, acompanhando de perto as negociações com o proprietário da Fazenda, e participando ativamente das reuniões da comissão de estudos, a qual está gerenciando uma nova área para o reassentamento.

O primeiro passo a ser dado seria a doação de uma área agricultável, destinada ao reassentamento das cinquenta e quatro famílias sem trabalho; deste modo estaria garantindo local para moradia e sobrevivência. Após várias pesquisas, foi constatado que a COPEL possui naquela municipalidade, às margens da Usina Mourão I, uma área de quase quinhentos hectares onde no ano passado teria ocorrido um incêndio. A área composta dos lotes n.ºs 32, 34, 36, 37 e 38 da Gleba n.º 2, na Colônia Mourão, encontra-se em situação de degradação, sendo que o ITCE, após desenvolver estudos no local, pretende em convênio com COPEL, implantar um projeto de recuperação da área, através de reflorestamento heterogêneo. Porém, de acordo com o mesmo estudo, outra proposta para ocupação e aproveitamento racional da área, seria a sua utilização para fins de assentamento de trabalhadores rurais sem terra, considerando-se as condições do solo, topografia e clima, os quais permitem a exploração agrícola do imóvel com culturas diversas.

Além disto, aquele imóvel da COPEL, devido a proximidade com a BR- 487, Km 15, usufruindo da proximidade com a cidade de Campo Mourão, conta com vários benefícios como meios de transportes, educação, saúde, eletricidade, comércio, cooperativa e assistência médica.

Tendo em vista a necessidade de uma resposta rápida por parte dos órgãos envolvidos, COPEL e SEAG, estamos enviando

uma cópia deste pronunciamento aos Doutores Ary Veloso Queiroz e Francisco Albuquerque, com o objetivo de solucionar o impasse, reassentando aquelas famílias.

Este problema, idêntico a tantos outros no Paraná e pelo Brasil afora, vem-nos mais uma vez evidenciar o mau direcionamento da política agrária brasileira, preterindo sempre as aspirações do pequeno agricultor em favor do egoísmo e da exploração da propriedade privada. É certo que não estamos aqui questionando a propriedade privada quando o seu bom uso vem unir-se à sua finalidade social. Porém, preconizamos por uma transformação que aumente o acesso do pequeno produtor ao uso e propriedade da terra dando-lhe condições de substância."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa consulta à Liderança do PDS, se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Com a palavra o Senhor Deputado Jorge Maia Filho.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"O Presidente José Sarney assinou, ontem, Decreto que institui o Programa Nacional do Livro Didático.

O objetivo é promover, a partir do próximo ano letivo, uma profunda alteração na escolha dos livros escolares para os alunos de 1.<sup>a</sup> a 4.<sup>a</sup> série, das 290 mil escolas públicas do Paraná.

Com a medida, segundo esclarecimento do Ministro da Educação, Marco Maciel, o que se pretende é que os próprios professores escolham o Livro-Base para ensinar aos seus alunos.

Com isso, chegam ao fim os famigerados comitês ou órgãos das Secretarias de Educação dos Estados, aos quais incumbia decidir sobre qual obra seria adotada nas Escolas. E decidia, vale dizer, nem sempre com isenção ou mesmo com o intuito de facilitar a tarefa dos professores, daqueles que tem a vivência da sala de aula, daqueles que sabem realmente o que é bom para os alunos.

Mas, a grande inovação introduzida pelo Decreto Governamental, é a que estabelece o fim chamado livro descartável, ou seja, daqueles livros que tem espaços vazios para o aluno preencher, e que, por isso mesmo, usados uma vez, já não servem para o ano seguinte.

Ora, o fim desse absurdo, introduzido em nosso ensino, vem apenas atender aos reclamos da consciência nacional.

País de miséria, como é o nosso, País em que muitos alunos não vão à escola, por falta de dinheiro para adquirir o material escolar ou, pior ainda, que só vão à

escola por causa da merenda, não se poderia jamais admitir o desperdício representado pelos tais livros descartáveis. Na verdade, uma invenção diabólica, cujo fim merece o aplauso de todos os brasileiros, especialmente daqueles milhares de pais, que lutam com dificuldades e sacrifícios e que, a cada ano, se vêem a braços com o brutal preço dos livros e materiais didáticos.

É certo que o ensino em nosso País vem reclamando mudanças. Especialmente o ensino de 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> grau. Mudanças de métodos e, sobretudo, mudança de rumos, pois a tão propalada profissionalização até hoje não saiu do papel. Ao contrário, contribuiu apenas e tão somente para tumultuar, eliminando das escolas aquela formação humanística que caracterizava o ensino brasileiro antes da Lei n. 5692/71.

Muita coisa, pois, está por se fazer, no sentido de melhorar e ampliar o ensino ministrado em nossas escolas.

Muita coisa há de ser feita, visando a melhoria do nível de nosso ensino, reconhecidamente decadente nos últimos anos.

Muita coisa deve ser feita sobretudo no sentido de valorizar o professor, proporcionando-lhe condições de dedicação à causa por ele abraçada.

Todavia, o fim do livro descartável deve ser saudado com alegria. O fato representa o coroamento de uma expectativa de muitos anos.

Com efeito, é de todo inadmissível que o livro escolar só possa ser usado uma vez. Ao contrário, como se fazia em época não muito distante, seu aproveitamento por vários irmãos de uma mesma família, passando do mais velho para os mais novos, é prática salutar, que deve ser estimulada.

Daí, ao registrarmos a decisão governamental, agora adotada, estaremos certos de que tal decisão vem atender a um reclamo que era também um verdadeiro clamor contra uma prática abusiva, inconseqüente e que tantos males já acarretou, nos últimos anos, neste País de contrastes e desperdícios."

Queremos também, aqui fazer uma saudação ao Deputado Rubens Bueno pela iniciativa em sua lei, em que proporciona ao aluno também a escolha do seu livro didático e também à Assembleia Legislativa, por ter apoiado o projeto deste nobre Deputado, que foi muito feliz, ao tomar esta iniciativa nesta Casa de Leis.

O Sr. Rubens Bueno - Permite-me um aparte? (Assentimento).

Agradeço o pronunciamento que Vossa Excelência acaba de fazer, no tocante a problemática do livro didático em nosso País e quando falamos da sensibilidade do atual Presidente da República em criar o Programa Nacional do Livro Didático, foi tão somente para colocar exatamente a posição de Vossa Excelência, da sua bancada, dos demais Parlamentares desta Casa, por que acima de tudo foi a

vitória do Parlamento do Paraná, notadamente neste momento em que as críticas sobrecaem sobre o Congresso Nacional e por conseguinte, recebemos também as críticas, no momento em que se encontra sem a devida dedicação dos Senhores Parlamentares a nível nacional e aqui no Paraná, estamos dando o exemplo, os cinquenta e oito Parlamentares, que aqui realmente se age e se trabalha em benefício da população.

O SR. JORGE MAIA FILHO — Agradeço o aparte, mais uma vez, reconsidero, dizendo que a iniciativa de Vossa Excelência foi de grande serventia para os nossos alunos e professores do sistema escolar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria também neste momento me parabenizar e também colocar-me ao lado do jornal "Gazeta do Povo", pela matéria publicada no dia de hoje, com referência à abertura do aeroporto de Cumbica e o fechamento do aeroporto de Congonhas, para os vôos domésticos, com exceção a ponte aérea São Paulo/Rio e a ponte aérea São Paulo/Brasília.

É nosso dever irmos, de acordo com o movimento encetado hoje pela "Gazeta do Povo", para que o aeroporto de Congonhas, também conceda, faça uma concessão a uma ponte aérea Curitiba/São Paulo, porque é ilógico, em uma viagem de aproximadamente vinte e cinco minutos de vôo, o empresário que vai a São Paulo, tem que descer a uma distância de 70 kms., da Capital, ida e volta 140 kms., levando mais tempo em um veículo do que mesmo em um avião. Não podemos aceitar ou admitir, a influência, o protecionismo da ponte aérea Rio/São Paulo e da ponte aérea São Paulo Brasília, que permite o pouso de vôos domésticos no aeroporto de Congonhas.

Iremos entrar com um requerimento, pedindo para que o Sr. Ministro da Aeronáutica, veja esta problemática para com o nosso Estado e nos conceda, também esta concessão, para que nós possamos dar ao nosso empresário, para o nosso usuário, que usa também as linhas de aviação daqui a São Paulo, também não só um conforto, mas, uma economia para suas viagens, porque o preço de um táxi, para levar o passageiro do Aeroporto de Cumbica até São Paulo custa mais ou menos uns trezentos mil cruzeiros, que é o equivalente da passagem de avião daqui a São Paulo.

Também queria aproveitar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e registrar, hoje, desta tribuna, o acontecimento que teremos na próxima sexta-feira, em Apucarana, em que o Sr. Governador do Estado, com todos os seus Secretários e todos os Diretores de Autarquias, irão instalar o Governo naquela cidade. As entidades de classe, da minha cidade, desde já, começam a arregimentação e movimentação das forças políticas daquela cidade, para que, na realidade a instalação do Governo do Sr. José Richa, em Apucarana, não seja apenas um passeio de uma comitiva, não seja apenas um dia de festas e discursos, mas, seja, na realidade, um dia em que o Governador vá àquela cidade cumprir as suas promessas de palanque, vá àquela cidade dizer ao povo de Apucarana que está chegando, com as publicações dos editais, com as publicações das concorrências de obras, coisas que ele assinou há três anos e que foram prometidas em palanque e não foram cumpridas, até hoje, pelo Governo do PMDB:

Nós, queremos, desde já, cobrar uma promessa feita em praça pública, pelo Sr. Governador: da transformação da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, em Universidade do Vale do Ivaí, promessa essa feita em palanque, promessa essa feita dentro do Diretório da Faculdade. Queremos também a liberação do ensino gratuito,

prometido, que está no programa do PMDB, e que foi prometido na campanha do Sr. Governador José Richa.

Iremos reivindicar, e já estamos reivindicando a sua promessa em palanque e em praça pública, promessa, não minha e nem de ninguém, mas do Sr. Governador, que é o asfaltamento da cidade de Apucarana à cidade de Rio Bom, onde o escoamento das safras daquelas cidades está sendo feito em situações precárias, e que distancia em apenas 18 quilômetros uma cidade da outra, promessa feita em palanque, pelo Sr. Governador.

Vamos pedir para que cumpra a promessa da implantação do Posto da CAFE DO PARANÁ, também feita em palanque.

Vamos pedir a devolução da Regional do BANESTADO, e que foi um dos primeiros atos, deste Governo, tirar daquela cidade, que é um município pólo da região do Vale do Ivaí, como presente da eleição do Sr. José Richa, recebeu, simplesmente, o fechamento da Regional do BANESTADO.

Vamos pedir que foi prometido pelo Governador, em palanque e em comícios, o Centro de Pesquisas da ACARPA e da EMATER, e vamos cobrar do Sr. Governador, que, entre tantas promessas feitas, tendo o Prefeito do PMDB, e vários Vereadores do PMDB, a maioria dos Vereadores de Apucarana são do PMDB, em três anos de Governo do Sr. José Richa, Apucarana, recebeu, até agora, apenas um prédio novo da CIRETRAN medindo, nem ao menos duzentos metros quadrados!

É inadmissível, que uma cidade que conta com mais de 120 mil habitantes, não tenha de forma alguma sido agraciada, por pelo menos com uma obra de vulto que marcasse o Governo do Sr. José Richa.

Fazemos aqui um apelo ao Sr. Governador, por intermédio do seu nobre líder Deputado Caíto Quintana, para que o Governo se instale em Apucarana, não apenas para um dia de fantasia, mas, que leve na realidade coisas concretas, liberação de verbas, liberação de obras, coisas, reivindicações feitas pela comunidade, quando da sua eleição para Presidente. E terei o prazer, nobre Deputado, líder do Governo, de na próxima semana, se isto ocorrer, vir aqui elogiar o Governo e a atitude de Vossa Excelência.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) — Encerrada a hora do Expediente, passa-se à ORDEM DO DIA.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na



discussão e votação para o Projeto de Resolução n. 76/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n. 217/84. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência na discussão e votação dos Projetos de Resolução n. 76/85 e Projeto de Lei n. 217/84, constantes da Ordem do Dia de hoje, acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 76/85, (ex-Proposição de Lei n. 113/83), oriundo do Parecer da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, aprovado por unanimidade e que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, do município de Grandes Rios, para o fim de consulta à respectiva população sobre a criação do município de Rosário. (Anexo: Projetos de Lei n. 113/83 e 73/85, respectivamente, de autoria do Deputado JORGE AMIM MAIA FILHO e do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, referentes à matéria). EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Ainda em questão de preferência:

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

→ EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 76/85.

O artigo 1.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. - Onde se lê 'Município de Rosário', leia-se 'Município de Rosário do Ivaí'".

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A alteração que estamos propondo visa evitar a possibilidade de sinonímia na escolha do nome do município que está sendo criado.

Tal problema, que vez por outra ocorre, acaba sempre gerando confusão e exigindo a necessária correção.

Como o projeto de lei ainda não foi submetido ao Plenário, é possível promover tal correção.

Além do mais, a referida correção vai ao encontro do anseio generalizado da comunidade do novo município.

Em discussão. Aprovado.

→ 1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL e EMENDAS da COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado por unanimidade. (Publicado no D.A. 82/84, de 05.09.84 - pgs 06 a 29).

COMISSÃO ESPECIAL DE LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS

→ EMENDA DE N. 1 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 217/84

Adite-se:

No artigo 141 inclua-se:

"22, de 19.11.84, 23, de 30.11.84 e Lei n. 03/84, de 29.08.84".

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente  
HOMERO OGUIDO - Relator

Apoio: Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

As leis, posteriores à propositura do projeto, foram incorporadas ao texto. Assim, para não vigirem em paralelo, devem ser revogadas.

→ EMENDA DE N. 2

Suprima-se:

O inciso VII, do artigo 70.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

Apoio: Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Exclui-se a infidelidade partidária como causa de perda do mandato.

Emenda n. 25 à Carta Federal extinguiu essa figura do nosso Direito Público.

→ EMENDA DE N. 3

Modifique-se:

Dê-se ao Art. 88 a redação seguinte:

"Art. 88 - O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior a, três vezes ao maior vencimento básico pago a funcionários estatutários do município ou, conforme o caso, a três vezes a remuneração do Vereador, será estabelecido pela Câmara no fim de cada legislatura para a subsequente, determinando o índice e o período de atualização do respectivo valor."

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

HOMERO OGUIDO - Relator

Apoio: Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

Por mais que se procure, torna-se quase impossível encontrar um critério que sirva a todos os municípios do Estado; a presente emenda visa ajustar o piso de fixação do subsídio do Prefeito, visto que, em alguns casos, esse mínimo representaria, segundo valores de hoje, importância superior a cinquenta milhões.

Como o preceito legal terá aplicação apenas no ano de 1988, quando terminam os mandatos em curso, é de se esperar que novos estudos se processem com a finalidade de obter-se uma fórmula capaz de conciliar a variedade de situações existentes.

→ EMENDA DE N. 4

Inclua-se: Disposições Gerais e Transitórias

"Art. - Na presente legislatura, as Câmaras restabelecerão o valor atualizado do subsídio e da representação do Prefeito, e da representação do Vice-Prefeito, aplicando-lhe os percentuais

do reajustamento dos vencimentos dos funcionários estatutários do município compreendido entre a fixação e o aumento imediatamente anterior à vigência desta lei, desprezadas outras majorações havidas.

Parágrafo único - Obtidas as importâncias atualizadas nos termos deste artigo, será estatuída cláusula de correção do subsídio da representação do Prefeito e da representação do Vice-Prefeito de acordo com os períodos e índices de reajuste dos vencimentos dos funcionários do município."

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;

HOMERO OGUIDO - Relator.

Apoio: Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

É certo que o critério de fixação do subsídio do Prefeito, estabelecido no artigo 88 do projeto, não se aplica aos atuais ocupantes do cargo. Isto porque, segundo dispõe a Constituição Federal no "caput" do artigo 33, uma vez



fixado o subsídio torna-se inalterável durante a legislatura.

Com a presente emenda pretende-se, embora respeitando o preceito constitucional da inalterabilidade, reparar a situação de injustiça em que se encontra a maioria dos atuais Prefeitos em termos de remuneração. Ocorre que, na forma da Lei Orgânica em vigor, os subsídios na época da fixação somente poderiam ser estabelecidos em quantias progressivas anuais. Com o advento da Lei Complementar n. 2, permitiu-se a atualização cada vez que o valor do subsídio se torne inferior ao vencimento do cargo mais elevado do município.

Todavia, a faculdade está aquém do ideal. Se for levado em conta que o Prefeito se dedica aos afazeres do cargo em tempo integral e exclusivamente, carregando sobre seus ombros o peso das enormes responsabilidades da Prefeitura, gerindo recursos vultosos e tomando decisões que envolvem o destino de milhares de pessoas, a correção histórica do subsídio, como prevista no artigo proposto, é medida das mais justas.

Portanto, a presente emenda ensejará às Câmaras a oportunidade de rever a remuneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, no sentido de restabelecer-lhe, pelo menos, o valor de compra original.

COMISSÃO ESPECIAL DA LEI  
ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 217/84

P A R E C E R

Proposto pelo nobre Deputado Trajano Bastos, o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, visa instituir um novo diploma básico de organização dos municípios. Em boa hora a substituição da atual lei orgânica é aventada. Sucede que, como lembra muito bem o seu autor, ela já data de mais de dez anos e foi elaborada em época onde a participação ampla dos interessados no processo legislativo não fazia parte do sistema estabelecido.

Dessa forma, é pertinente a idéia de refazer o seu texto, no sentido de atualizá-lo e colocá-lo em harmonia com a ordem constitucional e legal em vigor, resultante de modificações e casuísmos de oportunidade dividida.

Sobretudo o que se deve ressaltar, neste processo, é a efetiva participação dos municípios paranaenses no trabalho de elaboração do presente projeto. Como entusiasta municipalista que sou, acompanhei o trabalho que a Associação dos Municípios do Paraná realizou em todas as microrregiões, ouvindo e debatendo com os Prefeitos todas as alterações propostas. Observei atentamente, também o profundo interesse que os Vereadores, através da Associação das Câmaras Municipais do Paraná - ACAMPAR - demonstraram na análise demorada a que submeteram o presente texto. De ressaltar, porém, a convergência de pontos de vista entre Prefeitos e Vereadores a respeito do projeto consubstanciada no documento que encaminharam à Presidência da Casa. Nele sugerem ambas as Entidades representativas algumas sugestões, todas acolhidas, e expressam manifestação favorável ao projeto tal como foi proposto, em vista de satisfazer ele todas as aspirações e conveniências do município de nosso Estado.

Na condição de relator do projeto, não podia desejar nenhuma outra atitude de parte dos destinatários da lei, de modo a poder opinar favoravelmente na certeza de estar tomando posição em absoluta sintonia com os reais interessados. Mais do que isso, legítimos representantes e mandatários das populações municipais.

Contudo, imponho-me a obrigação inarredável de consignar que a matéria, embora tecnicamente esteja rigorosamente contida dentro das competências do

legislador estadual e se compatibilize com a estrutura constitucional imperante, na futura ordem institucional que há de resultar do novo governo federal e das mudanças de base inevitáveis, o município deverá merecer um tratamento mais condizente com sua importância no contexto nacional. Em consequência, provavelmente um estatuto municipal adequado aos novos tempos também deverá ser criado, no sentido de refletir o resgate histórico de nossas municipalidades dos grilhões do centralismo arbitrário.

Face a todo o exposto, opino pela aprovação do Projeto com as emendas anexas de n. 1 a 4, devidamente justificadas.

Sala das Comissões, em 15 de agosto de 1985.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente;  
HOMERO OGUIDO - Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 203/84, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO AMOREIRENSE", com sede e foro em São Sebastião da Amoreira. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 203/84  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL BOM SAMARITANO AMOREIRENSE", com sede e foro na cidade de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;  
JORGE MAIA FILHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 238/84, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao município de Paulo Frontim o imóvel transcrito sob o n. 11.334, as fls. 52 do livro n. 3-1 do Cartório de Registro de Imóveis, de Mallet - Pr., conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 238/84  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao município de Paulo Frontim, o imóvel constituído pelo lote de terreno urbano, de forma geométrica irregular sem benfeitorias com área de 14.220,00m<sup>2</sup> (quatorze mil e duzentos e vinte metros quadrados) situado no quadro urbano da cidade de Paulo Frontim, à rua 14 de Dezembro, com as seguintes confrontações e metragens: Ao Norte - confronta-se com a primeira face com o Posto de Puericultura, Posto de Saúde e com Orestes Svidnicki, numa extensão de 98,50 metros, e a segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 31,00 metros; Ao Sul - confronta-se com o lote de Nelson Dezorec, e lote da Prefeitura, Parque Infantil, numa extensão 158,00 metros; a Leste - confronta-se com a primeira face com a rua 14 de Dezembro, numa extensão de 65,00 metros, e segunda face com o lote de José Tenchena, numa extensão de 25,00 metros e finalmente ao Leste, confronta-se com a Rua Presidente Médici, numa extensão de 144,00 metros, e conforme Registro devidamente transcrito sob n. 11.334, às folhas 52 do livro n. 3-1, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Mallet.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

JORGE MAIA FILHO - Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 284/84, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PILARZINHO", com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 284/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PILARZINHO", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 304/84, que declara de utilidade pública o PROVOPAR — "PROGRAMA DO VOLUNTARIADO PARANAENSE — Coordenação Municipal de Curitiba, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 304/84**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o PROVOPAR — Programa do Voluntariado Paranaense — Coordenação Municipal de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 02/85, que declara de utilidade pública o "CLUBE DOS AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS — CADEFI", com sede e foro em São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 02/85**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública o "CLUBE DOS AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS" — CADEFI, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 10/85, (Mensagem n. 55/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Londrina a data de terras n. 14, da quadra 90, situada na sede do referido município e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, do livro 3/6, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 10/85**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Londrina a data de terras n. 14, da quadra n. 90, situada na cidade de Londrina, e demais características constantes da Transcrição n. 3.235, Livro n. 3/6 do Cartório do 1º Ofício de Imóveis da comarca de Londrina.

Art. 2º — A data de terras, objeto do Art. 1º, destina-se à implantação da Avenida Leste/Oeste da cidade de Londrina.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n. 49/85, que autoriza o Poder Executivo doar imóvel ao Município de Sabáudia constituído pelas datas n. 22, 23, 24 e 25, da quadra 6, transcrita em 20/11/50, sob n. 1737, Livro 3/A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos — 1º Ofício, 2º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas, conforme especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N. 49/85**  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**DECRETA:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Sabáudia o imóvel constituído pelas datas n. 22, 23, 24 e 25 (vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco), da quadra 6 (seis), sem benfeitorias, situada no Patrimônio Sabáudia, Município do mesmo nome, transcrita em 20/11/50, sob número de ordem 1737, no Livro 3-A, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos — 1º Ofício, 2º Tabelião de Notas, da Comarca de Arapongas.

Parágrafo único — A citada área destina-se à construção do Ginásio de Esportes do Município de Sabáudia.

Art. 2.º — A presente doação fica gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1985.

(aa) HOMERO OGUIDO — Presidente;

JORGE MAIA FILHO — Relator.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 62/85, (Mensagem n. 77/85 — ex-Proposição n. 73/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo de 08/03/85, ao Convênio celebrado em 16/02/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a realização de provas laboratoriais para diagnóstico das doenças dos animais. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 63/85, (Mensagem n. 58/85 — ex-Proposição n. 60/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n. 334/84, celebrado em 26/09/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e a SUDESUL, objetivando a proposição subsídios com vistas à formulação de uma política de desenvolvimento urbano para a região Sul. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 64/85, (Mensagem n. 86/85 — ex-Proposição n. 78/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 1.º Termo Aditivo de 11/03/85, ao Convênio celebrado em 16/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução das atividades de profilaxia e combate à peste suína, assim como do 5.º Termo Aditivo, de 11/03/85, ao Convênio que especifica. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 65/85, (Mensagem n. 69/85 — ex-Proposição n. 69/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18/11/83, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e o Município de Curitiba, através da URBS S/A, objetivando implantar na Estação Rodoferroviária de Curitiba um Posto de Informações Turísticas. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 66/85, (Mensagem n. 66/85 — ex-Proposição n. 66/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 44/83, celebrado em 30/08/83,

entre o Governo do Estado do Paraná, através da PARANATUR e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a realização de estágios em estabelecimentos da PARANATUR, por alguns alunos do Curso de Turismo da referida Universidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 67/85, (Mensagem n. 78/85 — ex-Proposição n. 72/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 6.º Termo Aditivo de 08/03/80, ao Convênio de 18/12/80 entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando a execução das atividades do sistema de Produção de Sementes e Mudanças Certificadas e Fiscalizadas no Estado. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 68/85, (Mensagem n. 67/85 — ex-Proposição n. 67/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 17/01/84, entre o Estado do Paraná, através da PARANATUR e a EMBRATUR, objetivando a realização de pesquisa sobre turismo emissivo e receptivo no Aeroporto Internacional das Cataratas, em Foz do Iguaçu e nos Postos alfandegários dos Portos PRESIDENTE Stroessner e Meira, no ano de 1984. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 69/85, (Mensagem n. 102/85 — ex-Proposição n. 92/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 70/85, (Mensagem n. 48/85 — ex-Proposição n. 53/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 16/08/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando a adoção de ação conjunta para execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 71/85, (Mensagem n. 70/85 — ex-Proposição n. 70/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que

aprova o Convênio n. 001/84, celebrado em 22/11/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Abatiá, objetivando a execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 72/85, (Mensagem n. 57/85, ex-Proposição n. 59/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios de Cooperação Técnica e Financeira ns. 27/84 e 118/84, celebrados em 22/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e, respectivamente, os Municípios de BARRAÇÃO e ITAMBARACÁ, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 73/85, (Mensagem n. 60/85, ex-Proposição n. 61/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos de Cooperação Administrativa e Financeira, de 15/01/85 e 05/02/85, aos Convênios celebrados em 20/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, a EMOPAR e os Municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros nas Delegacias de Polícia e Cadeias Públicas dos Municípios signatários. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 74/85, (Mensagem n. 83/85, ex-Proposição n. 75/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Revigoração de 04/03/85 ao Convênio n. 13/84, celebrado em 16/08/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de ASSAÍ, objetivando execução de obras de reforma de terminal rodoviário naquele município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 75/85, (Mensagem n. 98/85, ex-Proposição n. 86/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Convênios ns. 01/84 e 01/85, celebrados em 15/05/84 e 01/02/85, respectivamente, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o Município de LONDRI-NA, através da PAVILON, objetivando execução de obras de recuperação do Sistema Viário do referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 96/85, Veto apostado ao Projeto de Lei n. 123/84, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, e que autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto, por unanimidade. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

OF. N. DTL/25/85

Curitiba, 12 de junho de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n. 13/85, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.<sup>o</sup>, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n. 123/84, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a contagem, para os efeitos de aposentadoria aos integrantes do Quadro do Magistério Público, do tempo de serviço prestado ao Estado, pelos professores remunerados, através do Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR.

O não acolhimento ao projeto de lei em questão, decorre da sua inconstitucionalidade, por ferir os mandamentos constantes do art. 25, § 1.<sup>o</sup>, letra C, da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência exclusiva para iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos e seu regime jurídico.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI N. 123/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Será contado para os efeitos de aposentadoria aos integrantes do Quadro do Magistério Público Paranaense, o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, pelos professores remunerados, através do Grupo Executivo do Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22/05/85

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI N. 123/84

PARECER:

O veto apostado ao Projeto de Lei n. 123/84, foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador do Estado através de Ofício n. DTL/25/85, de 12 de junho de 1985, daí decorrendo o prazo constitucional para a respectiva apreciação pela Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Carta Magna Estadual e, dos termos da justificativa, depreende-se que o referido veto se baseia na inconstitucionalidade da matéria, que

fere os mandamentos constantes do Art. 25, § 1º, Letra C, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se assim pela sua manutenção do veto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA — Relatora

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco dos Santos Leal, ocorrido no corrente mês. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Altair dos Santos Cavalli, ocorrido no dia 26 de agosto do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gildo Galinari, ocorrido dia 19 de agosto do corrente ano, no Município de Nova Esperança. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Reverendíssimo Padre Raimundo Stavitzki, Vigário da Paróquia, pela inauguração, no dia 26 do corrente, da Igreja de Santo Agostinho. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos Projetos de Resolução ns. 97/84, que denomina "Jardim 25 de Abril" o jardim suspenso do Anexo da Assembléia Legislativa, e 181/84, que dispõe sobre a obrigatoriedade em fazer constar o nome dos Srs. Deputados autores nos autógrafos dos Projetos de Lei aprovados e encaminhados ao Poder Executivo e 60/85, que dispõe sobre a articulação da Sociedade Paranaense, para criação de proposta que dê conteúdo para um novo Pacto Federal Brasileiro. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 96/85, de sua autoria, que dispõe sobre a entrega de Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. José Joffily. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Lei ns. 146/84, 236/84, 241/84, 365/84, 15/85, 95/85, 97/85, 115/85, 136/85 e 137/85. — **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela Ordem) Para soli-

citar de Vossa Excelência que informe o Plenário quais os assuntos de que tratam as urgências requeridas.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Solicito do Sr. 1º Secretário a leitura do requerimento.

(É lido o requerimento)

Em votação — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do Município de São Jorge do Ivaí. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Tuiuti Esporte Clube, pela passagem do seu 36º aniversário. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo que o Departamento de Assuntos Universitários realize estudos para a criação da Faculdade de Ensino Superior no Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Grupos Folclóricos Poloneses e Ucrânicos de Curitiba, pelas brilhantes apresentações no 24º Festival Folclórico Internacional do Paraná. — **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Grupo Folclórico União Juventus de Tradições Polonesas, pela belíssima apresentação por ocasião do 24º Festival Folclórico Internacional do Paraná, onde comemorou o seu Jubileu de Prata. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, no sentido de que determine, a nível estadual, a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, a incidir sobre a aquisição de veículos à álcool, de transporte público de passageiros, na categoria de automóvel de aluguel (táxi). — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caetano Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Federação Paranaense de Futebol, encarecendo o retorno da instituição do meio-ingresso para os estudantes secundaristas, mediante a apresentação da identidade estudantil, nos estádios onde o ingresso seja pago. — **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a trans-

crição nos Anais da Casa, dos textos anexos publicado pelo jornal "Indústria e Comércio", sobre o tema "Paranização/Grandes Debates". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de uma ponte no Município de Moreira Sales. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a instalação de um aparelho telefônico no Colégio Estadual João XXIII, no Município de Mamborê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, visando a liberação de materiais esportivos para a Escola Estadual 14 de Dezembro, ensino de Primeiro Grau, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da EMO-PAR, por intermédio da Secretaria da Administração, no sentido da realização de reformas gerais na Escola Estadual Olavo Bilac, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no Município de Peabiru. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da RADIPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, objetivando a averiguação dos motivos que têm ocasionado interferência da imagem transmitida pela Televisão Cultura Canal 8, do Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação da rede de água na localidade de Vista Alegre, no Município de Ortigueira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a implantação de Quinta à Oitava Séries do Primeiro Grau, na Escola Rural de Vista Alegre, no Município de Ortigueira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção do Ginásio Estadual Rio da Várzea, com seis salas de aula, na Fazenda Boa Esperança, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a instalação de um mini-posto de saúde, na região do Rio da Várzea, Fazenda Boa Esperança, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREH-MA, encarecendo perfuração de poço semi-artesiano no Ginásio Estadual Rio da Várzea, Fazenda Boa Esperança, no município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como brasileiro, lamento profundamente que o Presidente Sarney esteja encontrando dificuldades para administrar a Nova República. No momento em que o Presidente da República demitiu o Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, homem da mais estrita confiança do Ministro Francisco Dornelles, foi muito mais do que um convite para que Dornelles pedisse demissão. E isto aconteceu na manhã de hoje, no instante em que o País cobra, da Nova República, o controle da inflação, os abusos das estatais.

Uma grande parte da população brasileira chegou a acreditar que a Nova República fosse, finalmente, conseguir controlar a alta desenfreada do custo de vida. Mas, quando se assiste uma crise ministerial, ministros se digladiando, um atacando o outro pela imprensa, é o reflexo de que o Governo vai muito mal e que o Presidente da República não está tendo força, pulso firme, para controlar sua própria equipe de auxiliares. É provável até que o Presidente Sarney esteja dando corda para os ministros, porque ele deseja colocar uma equipe de sua confiança. É sabido que esse ministério foi escolhido pelo ex-Presidente, falecido, Tancredo Neves.

E, no atual Ministério, chega a ter o Ministro da Ciência e da Tecnologia que, inclusive, cansou de fazer críticas ostensivas à figura do homem público José Sarney. Então, tudo leva a crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é apenas um jogo em que o Pre-



sidente Sarney assiste de camarote as brigas do Ministério, para ir podendo trocar os ministros e colocar gente da sua confiança.

Mas, ao lado dessa vaidade do Presidente Sarney, nós, brasileiros, vamos pagar um preço caro, caríssimo. O custo de vida nunca subiu tanto como de dois ou três meses para cá. Um quilo de carne, em vinte dias, subiu cem por cento, um quilo de arroz, em quinze dias, subiu 60 por cento.

Ainda antes de vir para a Assembléia, passei no supermercado e fiquei espantado, horrorizado, de ver o abuso daqueles que detêm o controle da economia brasileira.

Nós queremos fazer votos, em nome do PDT - Partido Democrático Trabalhista, que o substituto do sr. Ministro Francisco Dornelles seja um homem inteligente e capaz, e que se tivesse recebido apoio do Presidente Sarney, certa e provavelmente teria conseguido consertar esta desajustada economia do nosso País.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicio formulando algumas indagações:

Por que a TELEPAR faz concorrência pública para vender sucata?

Por que a TELEPAR faz concorrência pública para distribuição de listas telefônicas?

Por que a TELEPAR faz concorrência pública para a construção de imóveis?

Por que a TELEPAR faz concorrência pública para compra de materiais em geral?

Certamente que os Srs. Deputados responderão porque a lei assim o determina, e é bem verdade, mas aqui vem uma pergunta que até agora não foi respondida:

Por que a TELEPAR somente não faz concorrência pública para confeccionar listas telefônicas, onde os valores envolvidos são os mais astronômicos, notem bem, Srs. Deputados, a lista telefônica no Paraná vai render no ano de 86, sessenta bilhões de cruzeiros, mas não tem concorrência pública para fazer a lista telefônica, tem só carta-convite e daqui a pouco vou mostrar quem é que ganha esta concorrência, essa mina de ouro, proporcionada com a confecção da lista telefônica aqui no Paraná.

No ano de 87, as listas telefônicas renderão, no Paraná, 200 bilhões de cruzeiros; em 88, as listas telefônicas renderão 600 bilhões de cruzeiros, é o lucro; em 89, a receita já é de um trilhão e oitocentos bilhões de cruzeiros e daqui a quatro anos e meio, ou menos até, em 1990, a lista telefônica vai render cinco trilhões e quatrocentos bilhões de cruzeiros, para um negócio que não tem concorrência pública, apenas carta-convite.

O Presidente da EBCT, a empresa que ganhou, não sei quantas e quantas e quantas e quantas loterias esportivas sozinho, ou quantas lotos sozinho, o Presidente da EBCT, esta empresa altamente privilegiada, por um negócio que não envolveu concorrência públi-

ca, mas apenas carta-convite, é um ex-Ministro. É o ex-Ministro do Governo do General Ernesto Geisel, o ex-Ministro Euclides Quandt de Oliveira.

Nós queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cobrar uma explicação da TELEPAR, porque uma licitação ou um contrato que envolve cinco trilhões e quatrocentos bilhões de cruzeiros num único ano, não pode ser assinado apenas mediante uma carta-convite, deveria ter uma concorrência normal, como a TELEPAR faz para vender até sucata, para vender um carro que muitas vezes quase que já vai até para o lixo. Para isso, a TELEPAR faz concorrência pública, mas para um contrato de cinco trilhões e quatrocentos bilhões de cruzeiros, é apenas uma carta-convite.

E eu quero ler a carta aberta dirigida ao Presidente da TELEPAR, por listas telefônicas. (Lê):

### "CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA TELEPAR LISTAS TELEFÔNICAS

Senhor Presidente, somos a CGB - CATALOGOS E GUIAS DO BRASIL, e compomos, no Paraná um quadro de 80 (oitenta) vendedores especializados na venda de anúncios em guias informativos, auxiliados por mais quarenta colegas na área de apoio e estamos executando um honesto trabalho de comercialização no guia CLASSIFICADO DINÂMICO, que trará informações precisas e preciosas ao comércio, indústria e prestação de serviços de nosso Estado.

Não somos piratas nem ilegais. Acreditamos mesmo que muita coisa que foi dita na imprensa não pode ser atribuída ao senhor.

Estamos exercendo a livre iniciativa, prerrogativa assegurada pela Constituição do Brasil. Acreditamos, mesmo, que o senhor conheça a Constituição.

O senhor conhece o CLASSIFICADO DINÂMICO? Sabemos que o senhor foi o primeiro a ser comunicado do início da nossa comercialização. E nos desejou sucesso. Será que o nosso sucesso foi demais? Será que a criatividade da iniciativa privada assustou? Será que a nossa audácia o surpreendeu?

Não estamos comercializando listas telefônicas. Estamos muito além disto. É um guia dinâmico. Não estático, e ganhará o mercado. Temos certeza disto.

A questão não é ser legal ou não. Temos a exata noção da lei. E estamos seguros do seu cumprimento.

A questão é comercial. Afinal, a TELEPAR recebe 25 por cento, livre de qualquer despesa, do faturamento bruto com as listas telefônicas. E são bilhões de cruzeiros que a TELEPAR fatura, só para fornecer o número do telefone. Nós fornecemos mais, muito mais.

Quer competir, senhor Presidente? Seja bem-vindo. Mas não nos rotule de desonestos e piratas. Pelo menos foi o que lemos na imprensa. Será que foi um mal entendido? Assim, honestamente, esperamos.

Engana-se, senhor Presidente, que o empresariado paranaense não sabe avaliar onde loca seus recursos



para promoção e publicidade. Não sabia, senhor Presidente, que o empresário paranaense é um dos mais seguros e lúcidos do País?

A CGB, o senhor sabe, é cadastrada na TELEBRÁS, e foi convidada para participar da licitação para edição das listas telefônicas da TELEPAR, a CGB não participou por um motivo muito importante: a licitação é ilegal. A prova é que até hoje as listas não saíram. E a CGB vai, igualmente, provar em juízo, a sua ilegalidade. A Justiça paranaense irá conhecer uma Carta-Convite, que envolvendo bilhões de cruzeiros, numa Empresa que é do povo, esqueceu os mais elementares princípios legais de uma licitação, permitindo que dela participasse, inclusive, uma autarquia municipal, caso do SERCOMTEL, de Londrina, que está sujeita ao Dec.Lei 200, e demais legislação pertinente, que obriga a realização de CONCORRÊNCIA PÚBLICA. A CGB não vai dizer nos jornais que a licitação é ilegal. Vai dizer em juízo, que é o foro competente para julgar a questão. Assim, convidamo-lo a provar em juízo que o CLASSIFICADO DINÂMICO é ilegal.

Quanto aos termos veiculados na imprensa e que foram atribuídos ao senhor, procurando denegrir 16 anos de participação no mercado publicitário de guias informativos, como é o caso da CGB, estamos remetendo-lhe carta particular, para que o senhor confirme ou não os termos empregados, que atenta contra a nossa dignidade, pois temos a convicção que estamos trabalhando honestamente para sustentar nossas famílias, e não podemos admitir que, impunemente, sejamos tachados de vendedores piratas.

Caso as calúnias sejam confirmadas, informamos que já estamos estudando medidas judiciais para preservar nossa dignidade e os prejuízos causados.

Atenciosamente

MICHEL GALEB  
Gerente-Geral"

Era esta a Carta Aberta dirigida ao Presidente da TELEPAR e que nós esperamos também, haja uma resposta para dirimir todas estas dúvidas, Sr. Presidente.

Voltamos a frisar um contrato que vai envolver, no ano que vem, 60 bilhões; em 87, 200 bilhões; em 88, 600 bilhões de cruzeiros; em 89, um trilhão e 800 bilhões; em 1990, cinco trilhões e 400 bilhões de cruzeiros, não pode beneficiar uma empresa, como as GTB, presidida por um militar, ex-Ministro da Revolução, Euclides Quandt de Oliveira, simplesmente através do uso de uma Carta-Convite.

Fica aqui nossa expectativa de um pronunciamento urgente do Presidente da TELEPAR.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Sguarezi) Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Especial para terça-feira, dia 27, às quinze horas, em comemoração à Semana

dos Excepcionais, e uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n. 76/85.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução ns. 68 a 75/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n. 217/85.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 45/85.

O Senhor Presidente solicita dos Senhores Líderes de Bancadas, que indiquem seus membros para participar da Sessão Solene de outorga do Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom Armando Círio, Arcebispo de Cascavel.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO  
NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA  
A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO  
AIRTON CORDEIRO, EM SESSÃO DO DIA  
26 DE AGOSTO DE 1985.

JORNAL INDÚSTRIA & COMÉRCIO

SANEPAR NÃO PRECISAVA  
LICITAR NUM SÓ BLOCO

Antônio Sérgio Lück  
Paraná teria empresas capazes  
de executar o Projeto Tibagi

"Não havia necessidade de estabelecer a concorrência pública do sistema de água de Londrina e Cambê, licitado pela Saneapar, em um único bloco de obras. Temos no Paraná empresas capazes de executar a obra atendendo a todas as exigências e o desmembramento da obra não prejudicaria o resultado em termos de qualidade, custo ou prazos de conclusão. Além disso, o desmembramento teria sido muito mais benéfico para a economia do Estado".

O ponto de vista foi defendido sexta-feira, ao I&C, pelo empresário Antônio Sérgio Guimarães Lück diretor-presidente da Construtora Paraná, em solidariedade às informações veiculadas na edição do dia 23 deste jornal. Empresários do setor de obras de saneamento demonstraram seu descontentamento em relação aos termos de concorrência pública internacional aberta pela Sanepar com vistas ao chamado "Projeto Tibagi".

UM ABSURDO

Na opinião de Antônio Lück, a vigência de capital de Cr\$ 50 bilhões não era necessária. O valor total da obra está esti-

mado em Cr\$ 200 bilhões, o que inclui materiais e equipamentos, sendo que o valor das obras civis poderão não chegar a Cr\$ 100 bilhões, estando a responsabilidade da execução desta parte distribuída ao longo de 900 dias.

Portanto o capital social exigido poderá ser mais do que metade do valor em licitação enquanto que a obra poderia ser perfeitamente assumida por uma empresa de porte menor.

#### EVASÃO

Analisando as possibilidades de empresas paranaenses beneficiarem-se da obra através de subempreitadas ou de consorciamentos, Antônio Lück disse que, em ambas hipóteses, haverá uma evasão de divisas do Paraná que poderia ter sido evitada. Apenas uma empreiteira paranaense possui capital acima de Cr\$ 50 bilhões e somente uma outra empreiteira do Estado reúne tradição em todos os ramos (obras civil urbana com volume de 10.000 metros cúbicos de concreto, Eta ou Ete com 6.000 metros cúbicos de concreto, execução de uma rede com 150.000 metros de rede de água e/ou esgoto).

Como o edital limita a 3 o número de empresas consorciadas, a única alternativa de consórcio paranaense é daquelas duas empresas. Todas as demais, se reunidas três a três, jamais alcançarão um capital social conjunto de Cr\$ 50 bilhões. Há isto sim a possibilidade de consorciamento de empresas paranaenses com empresas de porte, de fora do Estado, mas isto significará necessariamente, uma perda de receita das empresas aqui estabelecidas.

Pior ainda será o caso de subempreitada, lesiva aos interesses parananistas pois o subempreiteiro sempre paga um ágio com o empreiteiro que o contrata, repartindo-se os resultados líquidos que poderiam ser contidos na economia estadual. (M.A.M.).

#### JORNAL "INDÚSTRIA & COMÉRCIO"

##### "PARANIZAÇÃO - GRANDES DEBATES"

O Jornal Indústria e Comércio do Paraná dá início, em sua edição de hoje, a um espaço denominado "Paranização/Grandes Debates". Espaço livre, à disposição, fundamentalmente, da livre iniciativa, razão primeira deste I&C, que, assim, responde à necessidade de posicionamento, em face de um dos reclamos mais constantes das classes produtoras do Estado: o seguro, continuado, ascendente processo de perda de substância da iniciativa privada paranaense diante de situações e pressões alienígenas. É canal que se abre a discussão de idéias, preferencialmente as de nosso mundo imediato.

##### OBRA DA SANEPAR É CONTROVÉRCIA COM EMPREITEIRO

Propõe-se, pois, a analisá-las em seus múltiplos ângulos, particularmente os que dizem respeito ao presente e ao futuro do Paraná. Na certeza de que o momento é, sobretudo, o de ousar a grande empreitada da livre empresa e do fascinante projeto que é este Paraná, nossa terra.

"Paranização/Grandes Debates" está à página 8, enfocando concorrência internacional para obras de abastecimento d'água em Londrina, sob o título "Exigências da Sanepar excluem empresas do Paraná". (O.F.M.).

#### EXIGÊNCIAS DA SANEPAR

##### EXCLUEM EMPRESAS DO PARANÁ

Empreiteiros querem o fracionamento das obras do Tibagi.

Empreiteiros paranaenses de obras públicas do setor de saneamento estão descontentes com os termos da licitação que a Sanepar publicou, com vistas à ampliação dos sistemas de água tratada de Londrina e Cambé. As exigências de capital e de acervo técnico, segundo empresários do setor "deixariam de lado todas as empresas paranaenses", à parte as controvérsias geradas, o edital "tem uma série de características diferentes dos anteriores da Sanepar", segundo fontes ouvidas pelo I&C.

Consultada a Companhia de Saneamento do Paraná a sua assessoria de Imprensa respondeu às indagações do I&C feitas por escritos e suscitadas por empresários, lembrando que "a obra é uma necessidade urgente de Londrina"; que o governador José Richa empenha-se há vinte e quatro meses nas gestões junto ao Governo Federal com vistas aos recursos; e que "os critérios e condições de licitações da Sanepar têm, ao longo do tempo, sofrido alterações buscando dar às suas obras condições construtivas e funcionais de maneira a assegurar confiabilidade e eficácia, bem como remunerar os custos com a maior justiça possível".

##### "CRITÉRIOS RIGOROSOS"

Algumas das alegações de empreiteiros foram negadas, outras respondidas. O chefe do Núcleo da Comunicação Social - Imprensa - da Sanepar, Osvaldo Nallim Duarte, afirmou por exemplo que, "para assegurar-se de uma boa execução e continuidade da obra, a Sanepar estabeleceu a licitação, modalidade concorrência pública internacional n. 002/85, com um só lote, com critérios mais rigorosos procurando compatibilizar suas responsabilidades e interesses junto às comunidades, com oferta de oportunidades de trabalhos às empresas paranaenses".

##### 50 BILHÕES

O capital social exigido pelos termos da licitação é de Cr\$ 50 bilhões, condição que, dentre as empreiteiras paranaenses, apenas uma poderia preencher. Este é o primeiro ponto de desagrado. Os empreiteiros teria ficado mais satisfeitos se a

Sanepar tivesse utilizado o mesmo sistema da licitação dos esgotos de Cascavel, que foi dividida em 15 "lotes" mais que acabará dando serviço as 27 empreiteiras que se habilitaram, através do expediente da subempreitada, segundo as mesmas fontes.

Ainda segundo empresários ouvidos pelo I&C, também a obra de Londrina/Cambé, o chamado "Projeto Tibagi", estava planejada para ser executado em lotes, quando a licitação foi suspensa em 1982. Na época, quase às vésperas de eleições o Projeto foi suspenso devido às denúncias de contaminação do rio Tibagi por agrotóxicos que não vieram a se confirmar nas análises posteriores, ficando o rio liberado para a licitação em questão.

Os termos originais da concorrência foram agora modificados e, segundo opiniões recolhidas junto aos empreiteiros descontentes, a participação de empresas paranaenses somente poderá ocorrer na forma de subempreitada.

#### TRÊS ALTERAÇÕES

O que causou maior estranheza a empreiteiros de ordem de saneamento são determinadas condições de pagamento de reajustes dos pagamentos longamente reivindicadas mas que passam a ser concedidas pela Sanepar "só agora que as perspectivas são de vitória da concorrência da empreiteira de fora do Paraná".

O primeiro ponto considerado atípico é a permisssão, no edital, para propostas de preços até 20% acima dos oficiais da Sanepar. Até então, segundo as fontes do I&C, "isto não era possível sendo que as concorrentes em licitações anteriores sempre trabalharam abaixo da tabela, oferecendo descontos de até 30%".

O segundo ponto diz respeito a data de pagamento. Nos editais da Sanepar consta sempre que os pagamentos serão feitos no dia 30 do mês subsequente. Ocorre o mesmo no edital da obra de Londrina. Entretanto, no modelo de contrato anexo ao edital, lê-se que os pagamentos serão feitos até o dia 15 do mês subsequente. "Outra novidade é o reajuste da parcela em atraso pelos índices das ORTNs", segundo as mesmas fontes ouvidas pelo I&C.

A terceira alteração é o critério de reajustes dos preços. Nos editais anteriores sempre foi utilizado, pela Sanepar, o fator 0,9 sobre índices de inflação publicados pela revista "Conjuntura Econômica", sendo que desta vez o fator foi alterado para 0,95. A lei faculta reajustes de até 100%, ou seja, o uso do fator 1,0.

#### RESPOSTA DA SANEPAR

Todos estes pontos foram questionados juntos à Sanepar e a resposta obtida pelo I&C é a seguinte, na íntegra:

"Em atendimento ao seu pedido encaminhado a este Núcleo de Comunicação Social/Imprensa, informamos o seguinte:

"A falta de disponibilidade de água

tratada nos sistemas de abastecimento de Londrina e Cambé tem sido um fato de cotidiano daquelas cidades, mormente nos períodos de verão. A ampliação daquele sistema já deveria ter ocorrido a mais de dois anos, fator que tem desestimulado o desenvolvimento econômico, impedindo a ampliação do parque industrial e estabelecendo um atendimento com demanda reprimida daquelas populações".

"Nestes 24 meses de governo, gestões junto ao BNH e órgãos de administração federal têm sido uma das principais preocupações do governador José Richa, haja vista que os contratos anuais de financiamento para o Estado do Paraná somente foram assinados com a presença do Excelentíssimo Presidente da República, dia 08 do corrente, em Londrina".

"Para assegurar-se de uma boa execução e continuidade da obra, a Sanepar estabeleceu a licitação, modalidade concorrência pública internacional n. 002/85, com um só lote, com critérios mais rigorosos, procurando compatibilizar suas responsabilidades e interesses junto às comunidades, com a oferta de oportunidades de trabalho às empresas paranaenses, como podem observar no edital da respectiva concorrência afixado para consulta pública em suas dependências na rua Engenheiro Rebouças, 1.376, nesta Capital, contemplando a participação individual, por consórcios ou subempreitadas (16,7)".

"A Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas. Apeop, tem constantemente se manifestado para que os critérios de reajustamento de preços se adota o coeficiente multiplicar igual a 1,0, o que até então vínhamos adotando 0,9 (2)".

"Como se pode observar nos anexos do edital exposto publicamente, a Sanepar continua mantendo balizamento de preços com bases na Tabela de Composições de Preços, que também está sendo divulgada como anexo do edital. Por outro lado desconhecemos a prática de 20% a menos nos preços da Sanepar (3)".

"Os recursos para suporte desta obra são oriundos do Bird, BNH, Fae e Tesouro do Estado, tendo sido o edital previamente submetido à aprovação do BNH (5)".

"Os critérios e condições de licitação da Sanepar têm ao longo do tempo sofrido alterações buscando dar às suas obras, condições construtivas e funcionais de maneira a assegurar confiabilidade e eficácia, bem como remunerar os custos com a maior justiça possível".

"Neste processo dinâmico de aperfeiçoamento apraz-nos receber sugestões e críticas, o que vem contribuir para o aprimoramento da administração desta empresa".

"Atenciosamente, Osvaldo Nallim Duarte, Chefe do Núcleo de Comunicação

## PROJETO TIBAGI

O valor da obra de complementação do sistema de água de Londrina e Cambé é de Cr\$ 200 bilhões (4.347.000 UPC's). O Governo do Estado investirá Cr\$ 127 bilhões e o Banco Nacional de Habilitação Cr\$ 72 bilhões. As atuais unidades do sistema de abastecimento de água de Londrina serão mantidas em funcionamento, inclusive os 14 postos artesianos implantados pela Sanepar como solução emergencial. Apenas serão substituídos os conjuntos de recalque das atuais estações elevatórias.

O conjunto de obras inclui ponte

sobre o rio Três Bocas e um acesso de 4,8 km até o local da barragem de captação.

A capacidade total do sistema produtor chegará, em 1986, a 1.875 litros por segundo, sendo 650 litros/segundos provenientes do rio Cafezal a 1.225 l/s do rio Tibagi. A previsão é de suficiência para atendimento por pelo menos 10 anos. A capacidade dos reservatórios de água subirá dos atuais dos 23,8 milhões de litros para 58.4 milhões, com a construção de mais 5 reservatórios. Hoje, os reservatórios são 3. A rede de distribuição crescerá em mais 334.695 metros, com 17.617 novas ligações.